

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM BAIXA VISÃO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - CE

Francisco Helion Pereira Oliveira (1); Sumara Frota do Nascimento (2); Débora Liberato Arruda (4)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. lion2700@bol.com.br

Resumo do artigo

Este artigo apresenta como objetivo principal investigar se existem e quais são as estratégias pedagógicas utilizadas pelos professores do ensino fundamental regular das escolas do município de São Gonçalo do Amarante-Ce para incluir alunos com baixa visão no cotidiano escolar. Trata-se de pesquisa de campo feita de pressupostos teóricos de Dorneles (2007); (2015); Mittler (2003); Rodrigues (2015), entre outros. Participaram do estudo quatorze professores do ensino fundamental de cinco escolas públicas de São Gonçalo do Amarante que estão em salas onde frequentam os alunos com baixa visão. O instrumento empregado no processo de coleta de dados constituiu na aplicação de um questionário semiestruturado para cada participante, onde foram instruídos a preencherem conforme sua compreensão. Quanto aos resultados, estes apontaram que ainda são usadas estratégias deficientes, cujo em sua maioria das respostas apresentaram os resultados esperados. Constatou-se também que os docentes declararam não possuírem formação adequada para trabalhar com alunos de baixa visão, entretanto relataram que possuem forte aceitação do processo de inclusão dessas crianças e desejo de se adequarem por meio de formação continuada sobre a deficiência e estratégias que podem ser utilizadas com esses alunos. Este trabalho sobre o uso de estratégias pedagógicas adequadas direcionadas aos alunos que estudam nas escolas municipais de São Gonçalo do Amarante-Ce, que apresentam baixa visão não se finaliza aqui, pois ainda se tem um longo caminho a ser percorrido, podem ser apontadas algumas sugestões de auxílio educacional, como a realização de formação continuada voltada aos professores, confecção de materiais didáticos que possam contribuir para o processo de ensino aprendizagem espera-se que este trabalho possa contribuir para a realização de outras pesquisas.

Palavras-chave: Baixa visão, inclusão, estratégias de ensino.

INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com deficiência visual, mais especificamente com baixa visão ainda é um assunto polêmico na área da educação, já que são diversas as questões precisas na medida em que as práticas inclusivas são colocadas em debate. Entretanto, os estudos que possuem por objetivo investigar como acontece o processo de inclusão de alunos com baixa visão nas salas regulares é bastante escasso. Por isso, é nesse contexto que nasce o objeto de estudo desse trabalho, o qual pretende fazer uma investigação sobre as dificuldades dos professores de incluir as crianças que apresentam um quadro de baixa visão nas atividades diárias da sala de aula.

A justificativa da realização desta investigação se deu em decorrência do acompanhamento que é realizado uma vez por semana na sala multifuncional de uma escola municipal de São Gonçalo do Amarante – CE a um aluno com baixa visão que frequenta o sexto ano. Nesse contexto, é possível observar a grande dificuldade que a criança apresenta em realizar algumas atividades. Assim, iniciou-se um acompanhamento de observação em sua sala de aula, no intuito de conhecer a estratégia que o professor usa para repassar os conteúdos ao aluno.

A problemática a ser investigada perpassa pela seguinte indagação: de que forma os professores contribuem para o processo de ensino-aprendizagem de alunos com baixa visão nas escolas municipais de São Gonçalo do Amarante - CE?.

O presente artigo tem como objetivo geral investigar estratégias usadas pelos professores do ensino fundamental para incluir alunos com baixa visão ao cotidiano escolar e apresenta como específicos: Descrever as práticas pedagógicas efetivas de inclusão de alunos com baixa visão no processo de ensino-aprendizagem; Verificar se os professores utilizam práticas pedagógicas para a aprendizagem de alunos com baixa visão; e Relacionar o emprego das tecnologias assistivas para o desenvolvimento dos alunos com baixa visão.

Foi feita uma pesquisa de campo a fim de identificar se os professores usam estratégias para o ensino dos conteúdos aos seis alunos com baixa visão sujeitos dessa pesquisa e conhecer quais seriam as estratégias empregadas. A coleta de dados foi feita por meio de um questionário semiestruturado, direcionado ao professor com perguntas diretas sobre a visão dele no acompanhamento do aluno com essa deficiência e a respeito da inclusão.

Este estudo envolve também um levantamento bibliográfico com embasamento teórico de especialistas do assunto, tais como: Mittler (2003); Dorneles (2007); Rodrigues (2015), entre outros que discorrem sobre a inclusão e a deficiência visual.

1 UM POUCO DA HISTÓRIA DO SURGIMENTO DA INCLUSÃO SOCIAL

A história sobre inclusão evidencia diversas fases em diferentes épocas e culturas da sociedade em todo o mundo. Conforme Correia (1999), na Idade Antiga, a Grécia sofreu uma fase de enorme exclusão social, onde as crianças que nasciam com alguma forma de deficiência eram deixadas desamparadas ou mesmo mortas, sem direitos de conviver em sociedade. Essa prática de discriminação contra os indivíduos que apresentavam alguma

deficiência pode ser visualizada através de diversos autores.

Era costume de alguns povos eliminar aqueles que não tinham utilidade para o trabalho e para a guerra. [...] estas práticas não são mais utilizadas, nem as leis atuais trazem determinações tão repulsivas. No entanto, restam desse passado histórico o preconceito, a discriminação e a indiferença de um mundo moldado para a perfeição, onde o diferente enfrenta a exclusão (COUTINHO, 2003 p. 74 *apud* SOUSA, 2015 p. 263).

Tais providências eram adotadas para assegurar a existência do grupo, já que os deficientes não poderiam contribuir de alguma forma, pelo menos na visão desses povos, e ainda dependiam de outras pessoas para seu sustento e também proteção.

Em outros relatos podem ser lidos sobre sacrifícios ou mesmo a respeito do abandono ou do ato de manter as crianças deficientes escondidas, segundo a fala de Platão (s.d *apud* RIBEIRO; BEZERRA; HOLANDA, 2015 p. 23): “Quanto aos filhos dos sujeitos sem valor e aos que foram mal constituídos de nascença, as autoridades os esconderão, como convém, num lugar secreto que não deve ser divulgado”. Vemos assim que a história aponta diversos episódios que marcaram o processo de exclusão praticado contra o ser humano desde as primeiras civilizações.

Infelizmente a discriminação de pessoas com deficiência ainda hoje se faz muito presente na sociedade, sendo observado na maneira como é tratado o indivíduo, elaborando um mecanismo de desvantagem que favorece para aumentar ainda mais o preconceito.

1.1 Definições para os termos “inclusão” e “inclusão social”

Inclusão e inclusão social se apresentam como antônimos. Um representa a forma pela qual se deva tratar qualquer ser humano, ou seja, promover seu ingresso junto à sociedade respeitando seus direitos de uma sociedade justa e igualitária, enquanto o outro representa a forma na qual ainda hoje são perceptíveis as atitudes de algumas pessoas que tratam com desrespeito o seu semelhante na sociedade, por meio da discriminação social pelo fato de o sujeito apresentar algo que não é visto como normal para os padrões da sociedade, aqui tratada como deficiência.

Conforme Lopes (2006), a inclusão social se trata de políticas públicas sociais cujo dão prioridade, de maneira equivocada, para alcançar as pessoas marginalizadas que se encontram no limite das carências por meio de programas focados que recebem a titulação de “inclusão social”. Para Kowarick (2003), a inclusão

social se trata de um processo que tem como função a promoção da inclusão das esferas que sofrem vulnerabilidade social, podendo ser pertencente a qualquer área desde uma cidade, uma escola, uma empresa, um sujeito.

Na visão de Lesbaupin (2000), a exclusão social não pode ser considerada um conceito, mas sim uma nova questão social, a qual se reproduz através das mudanças ocorridas no processo de produção social, nas políticas neoliberais e também devido à globalização que o mundo enfrenta.

Após diversas leituras das visões de vários especialistas sobre a definição para inclusão e exclusão social, é possível relatar que as concepções sofrem uma evolução de acordo com a época e a situação em que se encontra a sociedade, sendo caracterizada por uma definição aberta a novos significados e maleável.

2 A DEFICIÊNCIA VISUAL: baixa visão

O sujeito que apresenta uma deficiência visual é aquele que tem baixa visão ou é cego. Conforme BRUNO (2009 *apud* SANTOS [et al] 2015, p. 128), do ponto de vista educacional, para ser considerado deficiente visual, devem ser feitas duas formas de avaliação: uma clínica e outra funcional.

A avaliação clínica é o diagnóstico e prognóstico, avaliação da acuidade visual para perto e longe, avaliação do campo visual, avaliação da sensibilidade aos contrastes e visão de cores, prescrição e orientação de recursos ópticos especiais; A avaliação funcional, é uma avaliação realizada pelo pedagogo especializado que leva em conta a observação do desempenho visual do aluno em todas as atividades diárias, desde como se orienta e locomove-se no espaço, alimenta-se, brinca, até como usa a visão para a realização de tarefas escolares ou práticas (SAMPAIO, 2009 *apud* SANTOS [et al] 2015, p. 128).

São recomendados os dois tipos de avaliação assim que for detectado algum problema na criança em relação sua visão, ainda no primeiro ano de vida afim de que seja possível verificar alterações da visão, e assim dar chances à criança de ter experiências, prevenindo com isso, defasagens importantes no seu desenvolvimento total.

É considerada baixa visão, e também chamada de visão subnormal, a alteração da capacidade funcional da visão decorrente de inúmeros fatores isolados ou associados, tais como: baixa acuidade visual significativa, redução importante do campo visual, dificuldades de adaptação à luz e ao escuro e para a percepção de cores, alterações corticais e/ou de sensibilidade aos contrastes que interferem ou limitam

o desempenho individual da pessoa (LAPLANE; BATISTA, 2009).

Aqui foi conceituada a baixa visão e a importância de serem realizadas avaliações ao serem constatados alguns problemas na visão do sujeito desde sua infância. A seguir pode ser lido sobre práticas pedagógicas e o desenvolvimento do aluno com baixa visão, que podem colaborar no processo de ensino aprendizagem.

2.1 Práticas pedagógicas e o desenvolvimento dos alunos com baixa visão

A escola é um ambiente de interação e apresenta uma variedade de situações pedagógicas, onde no processo de inclusão o espaço educacional precisa ficar atento a todas as circunstâncias e oportunidades para a efetivação da aprendizagem. Segundo Ochaíta e Espinosa (2004), é preciso adequar práticas pedagógicas e levar em consideração que os alunos com baixa visão são capazes de realizar as atividades propostas a todos. Para isso, se faz necessário conhecer cada aluno e suas particularidades, para que seja aproveitada toda sua potencialidade. É importante saber que:

Desde seus primeiros dias, as crianças cegas e deficientes visuais dispõem de sistemas alternativos para a visão suficientes para interagir com os adultos, desde que estes saibam interpretar as vias alternativas de que a criança dispõe para conhecê-los e comunicar-se com eles (OCHAÍTA; ESPINOSA, 2004, p. 163).

Por isso os professores precisam compreender o que os alunos com baixa visão querem expressar, pois só assim serão capazes de aplicar algumas práticas pedagógicas adequadas para a socialização na sala de aula e para aprendizagem dos conteúdos. Assim para a aplicação de práticas pedagógicas adequadas aos alunos com baixa visão, é preciso que o professor conheça seu aluno, suas habilidades e também à sua disposição materiais e ferramentas de aprendizagem.

Outra prática importante e que pode contribuir bastante na aprendizagem dos alunos com baixa visão é o emprego das tecnologias assistivas que permitem mais acesso a comunicação e a inclusão desses alunos no meio social. Adiante será exposto um pouco mais sobre essas ferramentas.

2.2 O uso de tecnologias assistivas para o desenvolvimento do aluno com baixa visão

A tecnologia assistiva a cada dia vem se tornando uma ferramenta importante para a prática pedagógica e seu emprego é um instrumento eficiente de interação e também de inclusão social, que permite a aquisição de diferentes habilidades aos alunos que apresentam deficiência (LÉVY, 2010).

A definição para tecnologia assistiva foi formulada pelo Comitê de Ajudas Técnicas, da Secretária Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República numa reunião em 14 de dezembro de 2007, trata-se de

uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços ou objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiências, incapacidades ou mobilidade reduzidas visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2009, p, 26).

A tecnologia assistiva então se trata de subsídios que podem beneficiar a aprendizagem dos alunos com deficiência por meio de ferramentas tecnológicas. Entretanto a definição citada vem sofrendo atualizações e se reformulando, por causa de sua relevância e abrangência, uma vez que contribui para a garantia de inclusão do deficiente. Com isso, a tecnologia assistiva está sempre em um processo de sistematização.

A tecnologia assistiva é empregada para identificar todos os serviços e recursos que favorecem na melhoria e adaptação das habilidades dos deficientes e com isso colabora na promoção de uma vida mais independente. Conforme Lévy (2010) a tecnologia assistiva tem como expressões sinônimas, “Ajudas Técnicas” e “Tecnologia de Apoio”. Elas foram elaboradas para deixar a disposição dos alunos com deficiência materiais que ajudem a ampliação de suas habilidades funcionais.

O Ministério da Educação criou em 2002 o Portal de Ajudas Técnicas, onde podem ser vistos Recursos Pedagógicos Adaptados. Em 2006, o mesmo Portal inclui em seu conteúdo de estudo os Recursos para Comunicação Alternativa (BRASIL, 2002; 2006).

Sabe-se que atualmente, essas tecnologias na educação já se tornaram uma realidade, não se restringindo apenas a recursos na sala de aula, mas sim estando presente a todo ambiente da escola. Por isso, todos possuem a responsabilidade de preparar um ambiente acessível e de inclusão, a fim de suprir as barreiras arquitetônicas e as atitudinais.

As barreiras arquitetônicas são definidas pela Lei N. 10.098 de 19 de dezembro de 2000 no Art. 2º II, como sendo “qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas, classificadas em urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público; barreiras arquitetônicas na urbanização: existem no interior de edifícios públicos e privados; barreiras arquitetônicas nos transportes: presentes nos meios de transportes (BRASIL, 2000).

Conforme Tavares (2012) as atitudinais são barreiras sociais causadas e sustentadas através de ações, supressões e formas de expressões elaboradas no decorrer da humanidade, num processo que abrange conhecimentos, sentimentos e adoção de atitudes contra outro sujeito deficiente ou não, trazendo como consequência desrespeito ou imposição de obstáculo aos direitos do indivíduo, restringindo ou mesmo incapacitando aquela pessoa para exercer seus direitos e deveres, essas barreiras se tornam abstratas para quem as determina e concretas para quem lida com seus efeitos.

3 METODOLOGIA: Contextualização da pesquisa

A coleta de dados foi feita por meio de um questionário semiestruturado, que é um roteiro a ser seguido, onde os entrevistados têm a liberdade para responder ou não as questões, direcionado ao professor que possui alunos com baixa visão ou cegos em sala de aula. Foram feitas perguntas diretas sobre a perspectiva do professor no acompanhamento do aluno com deficiência visual e a respeito da inclusão.

Participaram dessa pesquisa professores, todas mulheres, pelo fato de terem em suas salas alunos com o tipo de deficiência especificado nessa pesquisa. A coleta de dados aconteceu em quatro escolas do município de São Gonçalo do Amarante. A escolha destas escolas se deu pelo fato de que nelas estarem matriculados alunos que possuem baixa visão. No total, foram analisadas as estratégias realizadas com cinco alunos.

O questionário foi direcionado a dois professores de cada aluno, um da disciplina de Língua Portuguesa e outra de Matemática, totalizando dez questionários. As perguntas do questionário versavam sobre a educação inclusiva de modo geral, onde se indagou se o professor possuía alguma formação na área de educação inclusiva, se o mesmo se considerava capaz de trabalhar com a criança com baixa visão, se o mesmo preparava aulas e incluía esse aluno em diferentes momentos das atividades no favorecimento da interação, se usa e aplica estratégias na realização das atividades, quis saber

também se a escola promove debates e discute com os demais professores o processo de inclusão escolar.

As visitas nas escolas foram conduzidas durante o mês de junho, onde aconteceu uma conversa com cada professor sobre a temática e sobre as ações de como conduziam as aulas e tratavam o aluno e deixado um questionário a ser respondido, que depois foi devolvido ao pesquisador.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico objetiva-se, organizar, apresentar, analisar e compreender os dados coletados na pesquisa de campo. Inicialmente vê-se a descrição do perfil dos respondentes no quadro abaixo, depois os resultados e comentários das perguntas feitas a cada sujeito docente.

GÊNERO	FAIXA ETÁRIA (ANOS)	MAIOR ESCOLARIDADE	EXPERIÊNCIA EM SALA (ANOS)
M - 0	25 - 30: 3 pessoas	GRADUAÇÃO: 3 pessoas	1 - 5: 1 pessoa
F - 10	31 - 35: 2 pessoas	ESPECIALIZAÇÃO: 7 pessoas	6 - 10: 6 pessoas
-	36 - 40: 3 pessoas	MESTRADO: 0	11 - 15: 1 pessoa
-	Acima de 40 anos: 2 pessoas	DOUTORADO: 0	16 - 20: 1 pessoa
-	-	-	Acima de 21 anos de experiência: 1 pessoa

FONTE: Dados coletados pelo autor.

Foram aplicadas nove perguntas para dez professoras que lecionam Português ou Matemática aos cinco alunos com baixa visão, distribuídos em quatro escolas no município de São Gonçalo do Amarante/CE.

A primeira indagação feita versa sobre a formação das educadoras. Perguntou-se se a educadora tinha formação na área da educação inclusiva. Das dez professoras, apenas uma respondeu que possui qualificação na área em que está atuando na educação.

A segunda pergunta questionou às respondentes se as elas estão aptas a trabalhar com a educação inclusiva. Pelas respostas analisadas, viu-se que apenas duas das dez se sentem seguras quanto ao tema. Assim, faz-se necessário repensar o local em que estas professoras estão inseridas e se a escola deve repensar nesse contexto, pelo fato de trabalhar com educação inclusiva envolver dinamismo, confiança e dedicação do profissional para que o aluno se sinta preparado diante daquele contexto em que ele está vivenciando.

A terceira pergunta desejou saber se as professoras incluem os alunos com baixa visão nas aulas. Nove responderam que sim, mas não nos ofereceram os tipos de estratégias que utilizam para isso, não sabemos se envolve a falta de qualificação ou apenas por não se sentirem confiante em falar que desenvolve alguma prática para isso. A professora que respondeu não, deixou transparecer que não se identifica com o assunto e reluta na aceitação do aluno em sua sala.

A pergunta seguinte quis saber se as professoras pesquisam sobre a deficiência do aluno, causas e efeitos, nove delas responderam que sim. Dessa forma, ficam mais conscientes com que tipo de deficiência estão lidando e de que forma, mesmo que sem qualificação, podem contribuir para uma melhor formação daquela criança. A entrevistada que respondeu não, demonstrou insegurança com a presença da criança na sala e não tem interesse de se aprofundar na deficiência dela.

A quinta indagação desejou saber se as professoras incentivam o aluno a participar das atividades a fim de promover a interação. As dez docentes responderam que sim. Observou-se que elas possuem o interesse de ajudar os alunos. A pergunta seis questiona as professoras se provocam no aluno o desejo de independência e autonomia na realização das atividades. As dez responderam que sim. A autonomia é extremamente importante, pelo fato de que esse aluno precisa ser inserido em diversos âmbitos não somente na escola.

A sétima pergunta foi a seguinte: “faz adaptações dos conteúdos conforme as habilidades do aluno?”. Nove responderam que sim. Preocupam-se com a aprendizagem da criança, já a professora que respondeu não, mostrou-se indiferente a aplicação de estratégias que possam colaborar com o desenvolvimento educacional do aluno, deixando a entender que tanto faz o aluno fazer a atividade, aprender ou não, pois em seu ponto de vista, a deficiência atrapalha esse desenvolvimento, e isso não pode ser levado em consideração, pois a deficiência do aluno não atrapalha seus conhecimentos cognitivos.

A penúltima questão abordou se a educação inclusiva é discutida e trabalhada entre professores e a gestão escolar. Todas as dez professoras responderam que sim. O trabalho em equipe colabora na melhoria dos resultados e na escolha de estratégias mais adequadas a serem usadas.

A última questão indagou se as professoras verificam os conhecimentos prévios do aluno sobre o assunto que será abordado na aula, e as dez responderam que sim.

Após a análise dos resultados, entende-se que as professoras mesmo não tendo uma formação voltada para a educação inclusiva, e não estando

seguras em trabalhar com alunos deficientes, nesse caso com baixa visão, apresentam interesse em conhecerem mais sobre a educação inclusiva.

É possível observar que, mesmo com as dificuldades que surgem, desde o impacto de ter um aluno deficiente em sala e os recursos escassos, a maior parte delas procura usar estratégias adequadas para a aprendizagem do aluno, através da adaptação dos conteúdos, usando recursos como ampliação, ou ainda a leitura do material, incentivando a interação e a participação por meio de atividades em grupo, bem como de forma individual com a intenção do aluno obter sua autonomia e autoconfiança.

Um ponto importante que merece destaque é a iniciativa da gestão escolar em promover durante seus coletivos de estudo debates, sobre a educação inclusiva e como podem ser aplicadas propostas de ensino que beneficiem todos os alunos com baixa visão. As professoras buscam identificar o que o aluno com baixa visão traz de conhecimento sobre o assunto a ser abordado, a fim de que seja possível o planejamento de propostas pedagógicas eficientes à sua aprendizagem.

Verificou-se no decorrer dos encontros com os participantes da pesquisa que os mesmos não apresentam estratégias específicas direcionadas a inclusão do aluno com baixa visão, mas sim propostas pedagógicas que surgem durante o coletivo de estudo entre professores, professores da sala multifuncional e gestão escolar, que buscam recursos adequados para serem usados na sala de aula.

Ainda sobre os recursos, os docentes discorrem que têm poucos conhecimentos sobre as tecnologias assistivas que poderiam contribuir na aprendizagem desses alunos, e que, devido ao tempo ser escasso, não encontram meios tão eficientes para a inclusão, autonomia e interação global do aluno com baixa visão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de percorrer uma longa trajetória, entre campo e teorias, a fim de conhecer o ambiente escolar referente a práticas pedagógicas, a qual professoras usam em suas aulas para a interação e desenvolvimento de alunos com baixa visão, constatou-se que o processo de ensino aprendizagem de modo geral precisa passar por transformações, nas quais os professores devem ser motivados a buscarem formações na área da educação inclusiva.

O conhecimento da importância da inclusão, sobretudo a respeito da baixa visão em geral é identificado pela maioria dos professores como

um tema que repercute de forma social, e que constantemente precisa ser debatido nos coletivos de estudo, com a intenção de elaborar propostas pedagógicas que favoreçam o melhor desempenho dos alunos com baixa visão. Nesse contexto, faz-se necessária a adoção de medidas eficazes para que a instituição escolar possa atuar como produtora de novas idéias e pensamentos, conduzindo, combatendo, desmistificando uma visão que o deficiente não é um ser capaz de se desenvolver.

Enfim, a atitude da comunidade escolar em valorizar a educação inclusiva já é um importante passo para adoção de medidas que beneficiem a aprendizagem desses alunos que possuem seus direitos garantidos por Lei. É claro que as políticas públicas de práticas inclusivas ainda precisam ser melhoradas, pois ainda faltam muitas ações para que resultados satisfatórios sejam atingidos, e é preciso do apoio de todas as esferas da sociedade.

Entende-se que este trabalho sobre o uso de propostas pedagógicas adequadas direcionadas aos alunos que apresentam baixa visão não se finaliza aqui, pois ainda se tem um longo caminho a ser percorrido, e espera-se que este trabalho possa contribuir para a realização de outras pesquisas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: recursos pedagógicos adaptados** / Secretaria de Educação Especial - Brasília: MEC: SEESP, 2002, fascículo 1.

_____. _____. **Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: recursos para comunicação alternativa.** [2 ed.] / Eduardo José Manzini, Débora Deliberato. – Brasília: [MEC, SEESP], 2006.

_____. LEI Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei10098.pdf>. Acesso em: 18 de ago. de 2017.

CORREIA, L. de M. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares.** Porto, Portugal: Porto, 1999.

KOWARICK, Lúcio. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil — Estados Unidos, França e Brasil, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 61-85, 2003.

LAPLANE, Adriana L. F. de; BATISTA, Cecília. Ver, não ver e aprender: a participação de crianças com baixa visão e cegueira na escola. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 28, n. 75, p. 209-227, agosto de 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622008000200005>. Acesso em: 03 de ago. 2017.

LESBAUPIN, Ivo. **Poder local x exclusão social**: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 3 ed. São Paulo, SP: Editora 34, 2010. 271 p. (Coleção Trans).

LOPES, José Rogério. “Exclusão social” e controle social: estratégias contemporâneas de redução da sujeitividade. **Psicologia & Sociedade**. Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 13-24, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n2/02.pdf>. Acesso em: 28 de jul. 2017.

OCHAÍTA, Esperanza; ESPINOZA, Ángeles. Desenvolvimento e intervenção educativa nas crianças cegas ou deficientes visuais. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALÁCIOS, Jesus (org.). **Desenvolvimento Psicológico e Educação**: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Editora Artmed, Porto Alegre, 2004.

RIBEIRO, Renata R. R. P. C; BEZERRA, Tarcileide M. C; HOLANDA, Telma R. P. História e política da educação especial: da exclusão à inclusão. In: PORTO, Bruna G. G. F. (et al). **Inclusão**: saberes, reflexões e possibilidades de uma prática em construção. Fortaleza: EdUECE, 2015.

SAMPAIO, Rosa M. G. Deficiência visual sob a ótica da inclusão. In: PORTO, Bruna G. G. F. (et al). **Inclusão**: saberes, reflexões e possibilidades de uma prática em construção. Fortaleza: EdUECE, 2015.

SOUSA, Maria A. P. de. Mercado de trabalho e a inclusão da pessoa com deficiência no estado do Ceará: a experiência do sistema nacional de emprego/instituto de desenvolvimento do trabalho – SINE/IDT. In: PORTO, Bruna G. G. F. (et al). **Inclusão**: saberes, reflexões e possibilidades de uma prática em construção. Fortaleza: EdUECE, 2015.

TAVARES, Fabiana S. S. **Educação Não Inclusiva**: a trajetória das barreiras atitudinais nas dissertações de educação do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFPE). 2012. 595f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação. UFP. Recife, 2012.